

nuevas organizaciones políticas y sindicales, y la enajenación cultural a través de la evangelización de los “enemigos de la Patria”. La Iglesia Católica recuperó su misión universal, imperial y providencialista contra “los criminales” de la Nueva España, sumiendo a la sociedad en un común denominador de temor divino y humano.

Como los autores reconocen en la introducción del libro “...en demasiadas ocasiones, los estudios se han centrado en aspectos concretos de la represión, o se han focalizado en el ámbito local o regional, perdiendo así una oportunidad de definir una visión de conjunto” (p.31) por ello, en este libro abordan la realidad de la represión y violencia política franquista, desde una perspectiva de conjunto, pero, teniendo en cuenta los aspectos más relevantes de las microhistorias.

La estructura de esta investigación se fundamenta en todo un elenco de fuentes primarias y secundarias, obtenidas en una fructífera y ardua labor investigadora realizada en varios archivos y bibliotecas nacionales e internacionales durante los últimos años, junto con los fondos obtenidos en toda una serie de proyectos de Investigación, Desarrollo e Innovación del Ministerio de Educación, La destrucción de la ciencia en España (HUM 6487/HIST) dirigido por Luis Enrique Otero Carvajal junto con el proyecto de investigación dirigido por Julio Aróstegui, El régimen de Franco como sistema represivo (HUM 01967/HIST) y otro bajo la dirección de Pedro Oliver Olmo, Un universo de prácticas punitivas: el sistema penitenciario y concentracionario en la posguerra española (HAR 2010-18845).

Toda la obra persigue desvelar una realidad oculta, olvidada, y contada instrumentalmente, en la mayoría de los casos, por los propios ejecutores de la violencia. Gutmaro Gómez Bravo y Jorge Marco Carretero transitan con valentía, desde la Introducción de la obra hasta sus Conclusiones, por senderos, que hasta el momento, no se han recorrido de una forma global y crítica. Sus recursos de investigación, su bibliografía y sus hallazgos dan suficientes razones para que se siga avanzando en el ámbito académico y social en la búsqueda de una realidad que impregnó de tragedia a la sociedad española y donde “el miedo era generalizado y el silencio su única vía de comunicación” (p.

326). En el libro queda patentemente demostrado, sin sofismas, ni falsas verdades, que la represión durante la Guerra Civil y la Posguerra fue realizada sistemáticamente desde un programa ejecutor contra una parte estigmatizada de la sociedad. No hubo razones, hubo una utilización del miedo que generó violencia y terror. Las razones para obviar la verdad han quedado al descubierto con esta investigación.

**Kallina Jr, Edmund F. Kennedy v. Nixon: The Presidential Election of 1960, Gainesville, University Press of Florida, 2010, 192 pp.**

Por Waldemar Dalenogare Neto  
(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Brasil)

Como explicar a vitória de John Kennedy na eleição presidencial de 1960, frente ao republicano Richard Nixon? Mais de meio século depois da eleição, uma série de autores que trabalham sobre este tema ainda mantém sua narrativa baseada na clássica obra “*The Making of the president 1960*”, de Theodore White. O livro de Kallina apresenta uma nova interpretação sobre a disputa presidencial de 1960, propondo a desconstrução de mitos em torno da eleição daquele ano, afastando-se da linha proposta pro White.

No primeiro capítulo do livro, Kallina explora os Estados Unidos da gestão de Dwight D. Eisenhower, apresentando as diferenças de pensamento do presidente republicano com seu partido, o que causaria, mais tarde, em uma falta de estrutura para fazer campanha em estados-chave para Nixon. Também analisa as diferentes correntes dentro do Partido Republicano e do Partido Democrata, que contribuiria para a ascensão de dois jovens candidatos, frente a uma série de veteranos.

A seguir, Kennedy e Nixon são analisados, em um período que cobre desde suas vidas na década de 1950 até o final das convenções nacionais de seus partidos. Sem grandes surpresas, Kallina oferece uma narrativa dos acontecimentos tendo como base obras consagradas sobre o assunto, citando principalmente Gary Donaldson e Christopher Matthews. É interessante notar, no entanto, que o autor se afasta de percepção clássica de White a partir do momento em que começa a trabalhar sobre o início da campanha dos dois candidatos. Theodore White foi o responsável pela criação

do “mito de John Kennedy”: para ele, Kennedy representava o povo, e sua vitória sobre Nixon só não foi maior por causa de sua religião católica. Nixon, segundo White, conquistou boa parte de seus votos devido a uma campanha negativa criada em torno da figura de Kennedy, que, segundo seus críticos, faria com que os Estados Unidos se submetessem à vontade do Papa. Kallina aponta uma série de estudos que desfazem a teoria de White, considerando que a pequena margem de votos da vitória de Kennedy não se deu devido a opção religiosa do democrata, mas sim a campanha bem estruturada e organizada de um candidato que, por oito anos, foi vice-presidente de seu país e alcançou certo sucesso e admiração após o *kitchen debate*, quando defendeu a supremacia americana perante ao premiê soviético Nikita Khrushchev.

Os republicanos, segundo aponta o autor, criaram o mito de que Nixon havia sido roubado: baseando-se na famosa frase “*With the Democratic organization and the help of a few close friends, the Democrats would prevail on election day*”, dita pelo então prefeito de Chicago Richard Daley a Kennedy, o autor assume que as acusações de fraude em Illinois (estado de Daley) e no Texas (estado de Lyndon Johnson) procedem, mas que não foram essenciais para a vitória de Kennedy nestes dois estados. Neste ponto, discordo profundamente da análise de Kallina: a diferença mínima de 50 mil votos, que garantiu a vitória para os democratas no Texas, já foi muito bem discutida por outros professores, mais recentemente por Gary Donaldson. Johnson realmente fraudou a eleição no seu estado, assim como fez em sua eleição para o Senado, em 1948, quando inúmeras urnas de distritos republicanos sumiram e foram alteradas, conforma aponta Robert Caro, biógrafo de Johnson. Se LBJ conseguiu fraudar apenas uma seção ou vários condados na eleição de 1960, nunca será possível saber com precisão. Classificar as acusações como um “mito”, no entanto, é bastante pretencioso e diminui qualquer tentativa de diálogo sobre as inúmeras fraudes eleitorais que os Estados Unidos registraram até o final da década de 1960.

Illinois, por outro lado, teve como resultado final a vitória de Kennedy por uma diferença de apenas 9 mil votos. Nixon venceu 92 dos 101 condados daquele estado, perdendo a eleição justamente em Chicago, cidade em que Daley

havia prometido vitória a qualquer custo para Kennedy. Kallinas argumenta que a fraude ocorreu em Illinois, mas não admite que o resultado da eleição fosse modificado, por acreditar que a margem de 50 mil votos no Texas era muito grande para qualquer tipo de esquema de Johnson.

Apesar de uma série de influentes políticos republicanos pedirem recotagem dos votos em pelo menos nove estados em que Kennedy venceu, Nixon se opôs a ideia, citando que o processo de revisão dos votos poderia demorar até dezoito meses, e que atrasar a posse de Kennedy não seria a melhor opção para os Estados Unidos no cenário mundial. Com medo de desgastar sua imagem – talvez pensando nas eleições para o governo da Califórnia em 1962 – Nixon admitiu a derrota na eleição.

O livro de Kallina é bastante sucinto e organizado. Apesar de tomar posições controversas, o autor deixa de lado as tradicionais interpretações que focam exclusivamente na importância dos debates presidenciais de 1960 para o desfecho da eleição. A preocupação do autor, no entanto, é desfazer o que ele considera o maior mito da política estadunidense: John Kennedy estava longe de ser Camelot, e Nixon, de forma alguma era o vilão que Theodore White dizia ser. Novas interpretações sobre a eleição presidencial de 1960 são necessárias, e o livro de Kallina aparece como um chamado aos seus colegas acadêmicos para a retomada da discussão deste assunto.

**Krauze, Enrique. *Redentores. Ideas y poder en América Latina*. Debate, 2011, 583 pp.**

Por Jesús Fernández-García  
(Universidad de Cádiz)

La Historia cultural y política de Latinoamérica desde finales del siglo XIX hasta hoy en día ha estado íntimamente relacionada. La historia de las ideas ha influido en la política y la literatura de igual forma. Muchos de los actores del mundo literario han intervenido en política de forma intensiva o han influido en los políticos de su tiempo.

*Redentores* es un intento de relatar la historia contemporánea de América a través de semblanzas de autores y políticos, de personajes que han destacado e intervenido en el debate